

REQUERIMENTO Nº

Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: *“A implementação da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”.*

Prezados Senhores,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão Permanente para discutir o tema *“A implementação da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”*

Solicito, assim, que sejam convidados:

- Sr. Rodrigo Rollemberg, Ex-Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Sr. Rafael de Sá Marques, Diretor do Departamento de Patrimônio Genético e Cadeias Produtivas dos Biomas e da Amazônia do Ministério da Economia, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
- Sr. Luis Pacheco, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Sra. Carina Mendonça Pimenta, Secretária Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
- Sr. Mário Cardoso, Gerente de Recursos Naturais Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Sr. Fábio Brasiliano, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC)



- Sr. Thiago Falda, presidente da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI)
- Sra. Ana Cláudia, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
- Sra. Silvia Roizenblatt Davidovici, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Essenciais, Produtos Químicos Aromáticos, Fragrâncias, Aromas e Afins
- Sra. Claudia Quaglierini, representante da Croplife do Brasil
- Sr. Rodrigo Justos, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Sra. Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

JUSTIFICAÇÃO

Em 2015, esta Casa aprovou, em regime de urgência, o projeto de lei que deu origem à Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, conhecida como Lei da Biodiversidade, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios decorrentes, com vistas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade brasileira.

A referida norma teve como objetivo central modernizar o marco regulatório anterior, conferindo segurança jurídica, estímulo à pesquisa e à inovação e promovendo uma maior integração entre desenvolvimento científico, valorização do conhecimento tradicional e preservação da sociobiodiversidade.

Diante da proximidade do decênio de sua promulgação, propõe-se a realização de audiência pública com o objetivo de:

- Avaliar a implementação da Lei nº 13.123/2015 ao longo desses dez anos;
- Identificar os avanços obtidos e os desafios persistentes na aplicação da norma;
- Ouvir representantes de órgãos governamentais, setor produtivo e academia;
- Discutir propostas de aprimoramento que possam contribuir para o alcance pleno dos objetivos da lei.

A realização da audiência pública permitirá a esta Casa cumprir seu papel fiscalizador e propositivo, promovendo o debate qualificado sobre tema de grande relevância para a soberania nacional, a justiça socioambiental e o desenvolvimento sustentável. Diante da relevância da matéria, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões,
Deputado Alceu Moreira
MDB/RS





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259090789500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira



Apresentação: 22/05/2025 17:55:32.940 - CAPAD

REQ n.90/2025